

BOLETIM INFORMATIVO
CAO.EDUCAÇÃO

Janeiro.2022



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

O CAO Educação produziu o presente boletim informativo abordando principalmente notícias, ações ministeriais, informações e normativas aprovadas na área da educação em decorrência das medidas de controle e combate à pandemia da COVID-19 (Coronavírus), incluindo atuações ministeriais para a retomada das atividades escolares presenciais.

ere wa
going on. W
ed on a whirring ele
played the box of voices co
om they called the lounge, there w
wing a constant display of idiot human
cking balls into nets (Jim loved this). Men
r murder. Women with their arms in soap
said were as soft as their faces. And with
constant stream of noise. In Tracy's bedroom
ch had a strangely sweet smell that somehow
r nose, the box of voices, quite a small one,
d pulsating music which scared us silly. While she
to it, Tracy (whom we quite liked) would bob up
own and dance in rhythm to the horrible noises.
d in addition to all these artificial noises, the people

61

SUMÁRIO

NOTÍCIAS DOS MP'S ESTATUAIS.....	5
NOTÍCIAS do MPF.....	11
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	13
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	14
NOVIDADES LEGISLATIVAS.....	16

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Slhessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower - Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Carin Luciane de Azevedo – Assistente Ministerial

Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial



[Projeto institucional debate busca ativa escolar e recuperação das aprendizagens no contexto da pandemia](#)

Com a participação de 40 membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul e representantes de 420 municípios, totalizando mais de 2 mil pessoas, foram finalizados 12 encontros regionalizados do projeto “Busca ativa escolar nas redes estadual e municipais de ensino no contexto da pandemia de Covid-19”. O projeto tem como objetivo fomentar o desenvolvimento da busca ativa escolar como meio de assegurar o direito social à educação de crianças e adolescentes, garantindo a matrícula escolar, a qualquer tempo, e a necessária elaboração de plano de ação para recuperação da aprendizagem desses alunos.

[PREDUC-POA realiza a primeira reunião do fórum da educação de porto alegre](#)

Foi realizada a primeira reunião do Fórum da Educação de Porto Alegre, reedição do Fórum da Ficaí. A partir de agora, o fórum passará a tratar de questões relativas à educação como um todo, como a qualidade da educação, direitos coletivos e difusos, necessidade de monitoria, alunos com deficiência, inclusão, transporte e alimentação, além da infrequência e evasão escolar.

[MPSC atua para mitigar efeitos da pandemia na educação municipal](#)

Com base em diagnóstico realizado em parceria com TCE, MPC e UNDIME, Ministério Público catarinense apura a retomada regular das aulas presenciais e o que os municípios estão fazendo para reduzir os impactos da pandemia no aprendizado.

[MPSC obtém sentença que obriga Estado a reformar 32 escolas de Blumenau](#)

Inicialmente, ação pedia a reforma de sete escolas, mas, desde o ajuizamento, na década de 1990, a situação piorou sem que o Estado tomasse as providências necessárias. Decisão judicial também exige concurso público para que pelo menos 80% dos professores das escolas sejam servidores efetivos do Magistério.

[MPRJ obtém decisão para que Município de Búzios estadualize ensino médio, para cumprir Lei de Diretrizes e Bases da Educação](#)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Cabo Frio, obteve na Justiça, decisão liminar para que o Município de Armação dos Búzios transfira para o Estado do Rio de Janeiro a oferta de ensino médio que atualmente está na rede municipal. O objetivo é fazer com que a cidade cumpra o disposto na Constituição da República, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Plano Nacional de Educação.

[MPRJ ajuíza ação para que Cabo Frio transfira ao Estado oferta de educação no ensino médio](#)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Cabo Frio e da 1ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude de Cabo Frio, ajuizou ação civil pública para obrigar o Município de Cabo Frio a transferir para o Estado do Rio a oferta de ensino médio que atualmente está na rede municipal.

[MPRJ ajuíza ação civil pública para que o Município do Rio restabeleça o Bilhete Único Universitário](#)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) ajuizou, ação civil pública com pedido de tutela de urgência antecipada para que o Município do Rio de Janeiro restabeleça o Bilhete Único Universitário. A gratuidade foi suspensa no início da pandemia de Covid-19. Mesmo com o retorno das aulas presenciais, estudantes continuam sem o benefício.

[Após reunião com Promotoria, Campinas define medidas para combater evasão escolar](#)

Após reunião convocada pela Promotoria de Justiça de Campinas e com a participação do membro do MPSP Rodrigo Augusto de Oliveira, de integrantes do Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial (NAT) e de gestores municipais, foi definida a construção de um protocolo com o fluxo de atendimento para combater a evasão escolar. No encontro os Conselhos Tutelares de Campinas se comprometeram a apresentar um esboço das informações que necessitam das escolas para fazer a busca ativa dos estudantes evadidos, sendo que a primeira intervenção será das próprias escolas.

[MPMG faz Recomendação para garantir educação de alunos com necessidades especiais em Uberaba](#)

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) recomendou ao município de Uberaba a adoção de medidas para matrícula por alunos com necessidades educacionais especiais. A Recomendação é válida para todas as instituições municipais de ensino, sejam

públicas ou privadas, bem como as escolas estaduais e visa prevenir possíveis dificuldades relacionadas à obtenção dos equipamentos pedagógicos adequados para os alunos com necessidades especiais com o retorno presencial obrigatório às escolas.

[MPGO apoia projeto BUSCA ATIVA escolar em rio verde, de combate à evasão de alunos](#)

A Busca Ativa Escolar realiza visitas de campo, organizadas com a utilização de uma ferramenta tecnológica que funciona como um grande banco de dados, facilitando a comunicação e armazenando informações importantes sobre cada caso acompanhado, que são repassados para a assistência social.

[MPGO obtém, em cumprimento de sentença, proibição de permuta de áreas públicas destinadas a centros de educação infantil em Caldas Novas](#)

Atendendo a requerimento do Ministério Público de Goiás (MPGO), por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas, em cumprimento de sentença, a Vara da Infância e Juventude da comarca determinou ao município de Caldas Novas que se abstenha de desafetar, alienar ou permutar áreas públicas afetadas (com vinculação do bem público à finalidade social) ou destinadas para instalação de creches ou pré-escolas.

[Em Ação Civil Pública ajuizada pelo MPGO, justiça manda município concluir creche em Anicuns](#)

Em ação civil pública ajuizada (ACP) pelo Ministério Público de Goiás (MPGO), por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Anicuns, a Justiça determinou que o município matricule todas as crianças de até 5 anos que estejam em lista de espera em razão de falta de vagas, nas instituições de ensino congêneres.

[Péssimas condições estruturais de escola municipal de Peixe são alvo de investigação do MPTO](#)

O Ministério Público recebeu fotos e relatos “da péssima estrutura” da escola, que podem causar, inclusive, riscos na estrutura do imóvel. A manifestação aponta má conservação dos banheiros, existência de buracos nos pisos, janelas e portas quebradas, problemas de infiltração e necessidade de reparos em instalações elétricas e hidráulicas, além das péssimas condições do telhado, que se encontra sustentado por estacas.

[MPTO e Seduc discutem retorno das aulas presenciais no Tocantins](#)

O Ministério Público reiterou ao secretário-executivo, e sua equipe, a importância da volta presencial de todas as atividades escolares. O secretário, que responde pela pasta da Educação atualmente, afirmou que “a posição do Estado é a mesma do MP”.

[MPMS alerta sobre medidas sanitárias de biossegurança para o retorno das aulas presenciais em Campo Grande em 2022](#)

Preocupado com o recente sinal de alerta emitido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no mês de novembro sobre os novos surtos da covid-19, em razão da nova variante do Sars-CoV-2, denominada ômicron possivelmente com muito mais mutações e mais transmissível do que a variante delta, o MPMS instaurou o Procedimento Administrativo com a finalidade de acompanhar a retomada das aulas presenciais no Município de Campo Grande em 2022.

[MPPA recomenda interdição e demolição de antigo pavilhão de escola com risco de desabamento](#)

A 8ª Promotoria de Justiça de Saúde e Educação de Santarém expediu Recomendação ao Estado do Pará relacionada ao antigo pavilhão da Escola Waldemar Maués em Belterra, que está com alto risco de tombamento e oferece risco à vida dos alunos e servidores.

[Assembleia Legislativa do Amapá reúne com MP-AP para dialogar sobre criação de Fundo Estadual da Educação](#)

Dando continuidade às tratativas sobre investimentos da educação pública do estado, o Ministério Público do Amapá (MP-AP), por meio da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (PJDE) e Centro de Apoio Operacional da Educação (CAO-EDU), participou de audiência realizada pela Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia (CEC) da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá (ALAP). O intuito foi dialogar sobre o financiamento da educação e a criação do Fundo Estadual da Educação.

[Após MP-AP ajuizar Ação Civil Pública, Poder Judiciário condena Estado do Amapá a disponibilizar professor auxiliar a um estudante com autismo](#)

Conforme a Ação, o MP-AP requer a contratação de Professor Auxiliar que oferece acompanhamento pedagógico para um aluno da Escola Estadual Jesus de Nazaré, que possui “autismo de grau moderado, imaturidade emocional e requer uso de medicação neuroléptica”.

[MPPE e Secretaria Estadual de Educação debatem projeto voltado a descentralizar aplicação de recursos](#)

Cerca de 50 promotores de Justiça com atribuição na Defesa da Educação participaram de reunião online para debater o programa "Investe Escola", lançado pela

Secretaria Estadual de Educação com os objetivos de descentralizar a gestão de recursos, fortalecer a autogestão das unidades de ensino e elevar o desempenho escolar.

[CAO Educação elabora Nota Técnica sobre inconstitucionalidade do corte etário estabelecido em lei estadual](#)

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAO Educação), do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), elaborou Nota Técnica nº 004/2021, assinada pelo coordenador do CAO Educação alertando sobre a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 12.280/2002, alterada pelas leis nº 15.610/2015 e nº 16.026/2017. Trata-se de uma mudança no corte etário para crianças que ingressam no Ensino Fundamental e na Pré-escola.

[Fiscalização do MPAL constata água imprópria para o consumo e irregularidades estruturais em escolas públicas](#)

O projeto “Sede de aprender: Água potável nas escolas”, uma iniciativa dos Núcleos de Defesa da Educação e do Patrimônio Público do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL), fiscalizou seis escolas públicas nos municípios de Porto Real do Colégio e de Igreja Nova. Após a análise das amostras colhidas pelo Instituto do Meio Ambiente de Alagoas (IMA), parceiro da iniciativa, ficou comprovada a má qualidade da água em três unidades de ensino.

[Promotoria de Justiça de Ingá ajuíza ação para garantir retorno presencial de escolas municipais](#)

Promotoria de Justiça de Ingá ajuizou ação civil pública de obrigação de fazer contra os municípios de Ingá, Itatuba, Riachão do Bacamarte e Serra Redonda para que sejam adotadas as medidas necessárias ao retorno das atividades presenciais das escolas das redes municipais de ensino.

[MPCE recomenda que rede privada de Iguatu respeite e garanta direitos de estudantes com deficiência](#)

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) recomendou que diretores e coordenadores pedagógicos de escolas privadas de Iguatu adotem providências para garantir e respeitar direitos de estudantes com deficiência, por meio de uma série de medidas que vão desde a realização da matrícula antecipada à proibição de cobrar adicionais financeiros pela permanência das crianças e adolescentes nas escolas.



[MPF defende financiamento adequado e previsão orçamentária para execução de políticas públicas na educação](#)

Sem previsão orçamentária para o financiamento da educação não é possível executar políticas públicas para o setor. Em audiência no Senado Federal a coordenadora do Grupo de Trabalho Educação da Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do Ministério Público Federal (1CCR/MPF), procuradora da República Maria Cristina Manella, afirmou que o tema ainda é pouco compreendido e insuficientemente explorado pelas instituições.

[MPF, CGU e PF deflagram operação que investiga irregularidades na venda de livros e kits escolares em Pernambuco](#)

O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF) obtiveram decisão da Justiça Federal que autorizou, o cumprimento de 19 mandados de busca e apreensão pela PF no âmbito de investigações de suposto esquema de apropriação ilícita de recursos públicos que deveriam ser aplicados na área da educação.

[Relator julga inconstitucional e suspende resolução do TCE/PE que autoriza uso de recursos do Fundeb para pagar aposentados](#)

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso concedeu liminar para suspender norma do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE) que autorizou o uso de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para pagamento de aposentadoria de servidores públicos estaduais.

[MPF recomenda mudança de nomes de escolas acreanas que homenageiam pessoas ligadas à ditadura militar](#)

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE/AC) que institua comissão técnica para promover a mudança nas nomenclaturas de sete escolas estaduais, localizadas em Rio Branco, que homenageiam agentes públicos ou particulares que notoriamente tiveram comprometimento, direto ou indireto, com a prática de graves violações do regime civil-militar.

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES



[PGR questiona lei do Amapá sobre vagas em escolas para alunos com deficiência](#)



O procurador-geral da República, Augusto Aras, ajuizou, no Supremo Tribunal Federal, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7028 para questionar dispositivos da Lei estadual 2.151/2017 do Amapá, que dispõe sobre a prioridade de vaga em escola pública próxima à residência para pessoas com deficiência física, mental ou sensorial. O relator é o ministro Luís Roberto Barroso, que já solicitou informações à Assembleia Legislativa e ao governador do Amapá e, em seguida, a manifestação do advogado-geral da União.

[Suspensa decisão que exigia funcionamento de creches no Rio durante férias escolares](#)

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) não exige o funcionamento ininterrupto das creches, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, suspendeu os efeitos da decisão judicial que obrigava o município do Rio de Janeiro a manter o atendimento às crianças matriculadas nesses estabelecimentos nos períodos de recessos e férias escolares.

OUTRAS NOTÍCIAS

[PNAD: levantamento do todos mostra primeiros impactos da pandemia nas taxas de atendimento escolar](#)

A Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do segundo trimestre de 2021 já começa a mostrar os efeitos da pandemia da Covid-19 nas taxas de atendimento escolar. O Todos Pela Educação produziu a nota técnica “Taxas de atendimento escolar da população de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos”, com dados da Pnad Contínua/IBGE do segundo trimestre de 2021, buscando medir o impacto inicial do longo período de fechamento das escolas em todo o Brasil.

[UNICEF e Ipea criam metodologia para avaliar gasto federal com crianças e adolescentes](#)

Entre 2016 e 2019, o Brasil destinou apenas 3,2% dos recursos públicos federais a crianças e adolescentes – e a estimativa para 2022 está abaixo desse patamar, com 2,4%. É o que revelam UNICEF e Ipea, em uma análise inédita do gasto público federal. As duas organizações pedem que o País priorize a infância e a adolescência no orçamento federal de 2022, voltando ao menos aos patamares de 2019.



[Mesmo com a variante Ômicron se espalhando, o fechamento de escolas deve ser último recurso](#)

“Os casos de covid-19 estão novamente aumentando em todo o mundo, alimentados, cada vez mais, pela Ômicron, uma nova variante preocupante que especialistas em saúde pública e cientistas estão trabalhando duramente para entender. Em meio à

crescente incerteza, muitos governos estão avaliando se devem manter as escolas abertas. Uma coisa nós sabemos com certeza: outra onda de fechamento generalizado de escolas seria desastrosa para as crianças.

[Pesquisa revela que apenas 14% dos estudantes da rede pública receberam assistência alimentar todos os meses do PNAE durante a pandemia](#)

Uma pesquisa feita pelo Observatório da Alimentação Escolar (ÓAE) revela que, durante a pandemia, estados e municípios não usaram adequadamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo os dados, 23% dos estudantes ouvidos não receberam nenhum tipo de assistência alimentar do PNAE, entre abril de 2020 e julho de 2021. Apenas 14% receberam cestas de alimentos ou cartões-alimentação todos os meses e 21% receberam assistência alimentar de suas escolas apenas uma única vez

[Maioria das escolas municipais está adotando estratégias combinadas, com aulas remotas e presenciais, revela pesquisa da Undime com apoio do UNICEF e Itaú Social](#)

Neste segundo semestre de 2021, grande parte das redes municipais de ensino reabriu para aulas presenciais. A maioria está combinando estratégias presenciais e remotas; cerca de um terço está com aulas totalmente presenciais; e ainda há redes com aulas apenas remotas. É o que revela a sexta onda da pesquisa sobre o planejamento das redes municipais de ensino quanto às atividades escolares e ao calendário de 2021, realizada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Itaú Social. O estudo ouviu 2.851 municípios brasileiros (51%), o que representa quase 12 milhões de estudantes atendidos pelas redes municipais.

[Auditoria aponta irregularidades no cumprimento de metas do PNE nos 141 municípios de MT](#)

Dos 141 municípios do estado, 103 não estão com seus Planos Municipais de Educação totalmente alinhados com o Plano Nacional de Educação (PNE). O dado faz parte de auditoria realizada pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) a fim de verificar o cumprimento das metas do programa, bem como seu monitoramento. O documento aponta a ocorrência de irregularidades em todos os fiscalizados.



ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

- [LEI Nº 14.254, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021](#): Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.
- [Lei nº 14.276, de 27.12.2021](#) - Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). [Mensagem de veto](#)
- **LEI Nº 11.604, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2021**: Institui o Programa Mãe Adolescente na Escola, com o objetivo de diminuir a evasão escolar e a incidência da gravidez precoce e de doenças sexualmente transmissíveis entre as adolescentes no período escolar no âmbito do Estado de Mato Grosso.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br